

## A INTERNACIONALIZAÇÃO E O ISF-UFS: PRINCÍPIOS E APLICAÇÕES

Ana Paula Rocha de Souza (Graduanda/UFS)

Rodrigo Belfort Gomes (Mestre/UFS)

**Resumo:** No ano de 2011, foi instituído no Brasil, através do Decreto nº 7.642, o programa Ciências sem Fronteiras (CsF), cujo objetivo era proporcionar a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, através da mobilidade acadêmica internacional de alunos das IES brasileiras (BRASIL, 2011). Um dos principais problemas enfrentados, no entanto, foi o baixo índice de proficiência dos alunos em outros idiomas. Para superar esta barreira, foi criado, em dezembro de 2012, o programa Inglês sem Fronteiras (IsF). Mais tarde, em 2014, com o intuito de abranger outras línguas, o IsF tornou-se Idiomas sem Fronteiras. Nessa nova proposta, incluiu-se também o ensino de português para estrangeiros e maior foco nas contribuições do programa na formação inicial e continuada dos professores bolsistas. Dessa forma, o presente artigo busca analisar as portarias de instituição dos três programas supracitados, de modo a identificar os pontos nos quais a internacionalização é abordada e de que maneira as ações em prol do desenvolvimento linguístico dos alunos e servidores da UFS, desempenhadas pelo IsF-UFS, desde 2013, puderam contribuir com a política de internacionalização.

**Palavras-chave:** Inglês sem Fronteiras, internacionalização, UFS.

### Introdução

A realidade do Ensino Superior brasileiro vem sofrendo alterações consideráveis desde meados dos anos 2000. O crescimento no número de universidades e cursos, tanto da rede pública como da rede privada, a maior oferta de vagas nas faculdades já existentes antes do começo deste século e a expressiva expansão no número de estudantes que dão continuidade à vida acadêmica após a conclusão da graduação são respostas (ainda que tardias e tímidas se comparadas às de outros países) a um mercado de trabalho que exige profissionais melhor qualificados. Inclui-se nessa melhor qualificação, o desenvolvimento de habilidades culturais que permitam a interação num planeta globalizado, no qual a boa comunicação – e ser fluente em distintos idiomas tem aqui um papel importante – é fator determinante.

É em resposta ao fenômeno da globalização que a internacionalização do Ensino Superior brasileiro tem tomado corpo. Por meio de políticas públicas, graduandos e pós-graduandos viajaram para universidades, centros de pesquisa e instituições de educação

profissional e tecnológica estrangeiras pelo programa Ciências sem Fronteiras (CsF), criado em 2011, com o intuito de fortalecer a formação nas áreas de ciência e tecnologia permitindo aos estudantes brasileiros cursarem parte de seus estudos em instituições parceiras de diversos países (BRASIL, 2011). Esse fortalecimento não se daria pura e simplesmente pela mobilidade acadêmica, mas sim com base no fato de que a cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros contribui para a evolução acadêmico-profissional dos indivíduos envolvidos e, conseqüentemente, de seus países. Contudo, foi constatada a pouca proficiência dos selecionados em língua inglesa, a língua franca da ciência nessas primeiras décadas do século XXI (ALVARES, 2016). Para tentar resolver o problema, foi criado, em 2012, o programa Inglês sem Fronteiras (IsF), objetivando dar assistência aos futuros intercambistas em suas próprias instituições de Ensino Superior (IES), com o oferecimento de aulas gratuitas de inglês (BRASIL, 2012). Mais tarde, em 2014, foi desenvolvido o Idiomas sem Fronteiras, programa que adicionou à proposta do Inglês sem Fronteiras o trabalho com outras línguas, preocupou-se com a formação dos professores envolvidos e trouxe a internacionalização das IES para os objetivos do programa (BRASIL, 2014).

Diante das demandas de internacionalização, impulsionadas pelo CsF, a Universidade Federal de Sergipe tem, desde 2013, um Núcleo de Língua Inglesa (NucLi) dentro da proposta do IsF. O NucLi-UFS atua em três esferas: oferecendo aplicação de provas de proficiência (TOEFL ITP), um curso de inglês na modalidade online (*My English Online*) e cursos presenciais ministrados por alunos da graduação, pós-graduação e/ou professores substitutos. Assim, frente ao primeiro quadriênio de atividades do Inglês sem Fronteiras, é objetivo deste trabalho analisar as referências feitas à internacionalização nas portarias fundadoras do Inglês sem Fronteiras e dos programas correlacionados (CsF e Idiomas sem Fronteiras) bem como realizar um levantamento das ações desenvolvidas pelo NucLi UFS e perceber de que forma elas têm contribuído para o processo de internacionalização.

### Conceitos de internacionalização e a sociedade de conhecimento global

O conceito de internacionalização do Ensino Superior tem estado sob reformulação constante desde a década de 1990, quando foi cunhado. De acordo com Hans de Wit (2013),

um dos principais estudiosos desta área, “Significados, lógicas, estratégias e aproximações estão constantemente mudando assim como a visão global. O fenômeno da internacionalização não é estático, mas sim um processo em constante desenvolvimento”<sup>2</sup> (DE WIT, 2013, p. 13, tradução nossa). Portanto, para esclarecer qual é a atual concepção mais aceita de internacionalização, é preciso levar em conta os contextos sociopolíticos que o engendraram, quais os interesses por trás desse processo e quais ações ao longo da história das IES tornaram algumas delas mais “internacionais” do que outras.

Um dos pontos a enfatizar quanto às primeiras manifestações de uma ideia de educação como processo que precisa conectar conhecimentos múltiplos a nível internacional é o papel crucial da mobilidade acadêmica no intercâmbio da *expertise* científica. Inúmeros pesquisadores europeus atuantes em IES imigraram forçosamente de seus países ao longo da década de 1930 (por conta da opressão nazifascista na Europa), como também durante e após a Segunda Grande Guerra. Centenas optaram por países nos quais era possível o desenvolvimento de suas pesquisas e atividades de docência com menores sobressaltos, caso de inúmeros acadêmicos de origem judia, grande parte deles nascidos na Alemanha, que aportaram em universidades estadunidenses e contribuíram para que os Estados Unidos se tornassem a grande potência em inovação e tecnologia que é hoje (WEISS, 1998, p.1-2).

É preciso levar em consideração que os EUA estavam receptivos a estes cérebros, dando-lhes boas condições para sua atuação. Os vultosos recursos e o reconhecimento público do valor destes profissionais para as ciências no país, com vários deles sendo agraciados com o prêmio Nobel graças ao seu trabalho em solo estadunidense, foram fortes atrativos para a permanência dos mesmos depois de 1945. Além disso, e com ainda mais força, as exigências de indústrias em franco crescimento levaram muitas instituições a buscar o conhecimento em campos específicos que haviam se desenvolvido melhor em universidades ou centros de pesquisa fora de suas fronteiras. Ficava claro para alguns governos mais atentos (e competitivos no mercado) que quanto maior a colaboração internacional no Ensino Superior, maior seriam os ganhos que obteriam a nível econômico, social e político. Neste sentido, “Internacionalização é definida como a variedade de programas e políticas que as

universidades e governos implementam para responder à globalização”<sup>3</sup> (ALTBACH; REISBERG; RUMBLEY, 2009, p.7).

As experiências ocorridas no período de adaptação à nova realidade mundial após o maior conflito bélico da história humana cristalizaram a ideia de que era imprescindível uma educação de viés internacional. Foi nos anos 1990 que o termo “educação internacional” – como conjunto de atividades não pensadas como unidade, mas que mesmo assim previam a relação entre diferentes culturas educacionais por meio, principalmente, da mobilidade acadêmica – sofreu transição para “internacionalização da Educação Superior” (DE WIT, 2013, p. 19).

Em 1998, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) organizou na capital francesa a Conferência Mundial sobre Educação Superior, um marco por ter delineado, dentre os seus principais objetivos, “a necessidade de internacionalização, que não é mais vista como opção por algumas instituições, mas como um passo necessário para encorajar o desenvolvimento equilibrado das nações através da educação” (STALLIVIERI, 2017, p.19).

Assim, pode-se perceber que a demanda pelo rompimento das barreiras políticas não é um processo recente e é vital para a circulação de conhecimento e o desenvolvimento das universidades, principalmente dentro da perspectiva de um mundo globalizado.

### **Estratégias para internacionalização das IES**

Uma vez identificada a relação entre globalização e internacionalização da Educação Superior, e sabendo que há influência mútua entre os dois fenômenos, surge a questão sobre como promover a internacionalização de uma IES, ponto discutido por Stallivieri (2017). A autora alerta para a importância de, primeiramente, esboçar quais os objetivos que a IES quer alcançar, pois

uma instituição que faz a opção de internacionalização precisa ter em consideração uma análise cuidadosa de quais são os benefícios e ganhos reais com este processo complexo e desafiador. Deve levar em consideração os diferentes níveis do processo, ou seja, há ganhos nos macro contextos até

os micro contextos, que geram no final ganhos individuais (STALLIVIERI, 2017, p.20).

Portanto, para atender a diferentes fins e realidades acadêmicas, há atividades distintas a serem desenvolvidas. Muito se fala no envio de estudantes para fora do país em, por exemplo, pós-graduações sanduíche, assim como no recebimento de discentes e docentes estrangeiros, mas a mobilidade acadêmica por si só não internacionaliza uma IES. Ainda persiste no Brasil, e em inúmeros outros países, a noção equivocada de que quanto maior o número de discentes da instituição fazendo parte de seus estudos superiores fora do país (ou o contrário, de estudantes estrangeiros na instituição), maior será o nível de internacionalização da mesma (DE WIT, 2013). Mais uma vez, De Wit esclarece que

A internacionalização é um processo para introduzir dimensões interculturais, internacionais e globais na educação superior afim de melhorar seus objetivos, funções e alcance, e com isso melhorar a qualidade da educação e pesquisa. Se a internacionalização é tida como um fim em si mesma, então ela permanecerá marginal ad hoc<sup>4</sup>(DE WIT, 2013, p. 32, tradução nossa).

Os currículos de cursos em algumas raras IES brasileiras passaram por alterações para inteirar melhor o aluno no que Leask (2013, p.100) afirma ser “habilidades para ser um cidadão ético e responsável que valoriza as relações entre o local, o nacional e o global<sup>5</sup>” (tradução nossa). Contudo, essas foram mudanças não coordenadas em um conjunto maior concebido para internacionalizar as IES brasileiras.

Finardi, Santos e Guimarães (2016) ressaltam que o Brasil é responsável por uma expressiva parcela da produção acadêmica do mundo, figurando na 13<sup>a</sup> posição. Contudo, a barreira linguística limita a visibilidade dessa produção entre colegas não falantes da língua portuguesa. Ou seja, no caso do Brasil, uma política de internacionalização que não tenha em conta a necessidade de dotar os pesquisadores em proficiência linguística nos idiomas mais utilizados pela comunidade acadêmica em periódicos, conferências, seminários, congressos e outros eventos de relevância internacional, não conseguirá resultados reais. Além disso, o fortalecimento e difusão do ensino do português como língua estrangeira (PLE) também é

uma medida para a internacionalização, sendo uma maneira de atrair interessados para as IES brasileiras, ampliar o debate em torno da produção nacional e oxigenar a pesquisa e prática científica no país.

O Brasil, de acordo com Miranda e Stallivieiri (2017), seguindo a tendência mundial, deu seus primeiros passos para uma possível internacionalização com a aproximação entre Estado e universidades, objetivando suprir as necessidades de profissionais de áreas chave para a economia do país entre as décadas de 1940 e 1950.

As duas principais agências brasileiras de fomento à pesquisa, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foram fundadas em 1951 e possuem papel imprescindível nas tentativas de implementação de táticas de internacionalização das IES do país de maneira organizada e mais integradas umas às outras. Não obstante à existência, há quase sete décadas, do CNPq e da Capes, somente a partir do ano de 2001 “as políticas de cooperação científica e tecnológica internacional tomam maior fôlego no Brasil, no marco de uma política de abertura a novos mercados e de construção de uma liderança regional [com mais parcerias na América Latina]” (KRAWCZYK, 2008, p.45). Foi dentro dessa nova perspectiva que foi instituído, em 2011, o CsF, o primeiro grande programa para internacionalização das IES brasileiras.

### **Ciências sem Fronteiras**

Instituído em dezembro de 2011 pelo Decreto nº 7.642, as ações do CsF complementarizam as atividades de cooperação internacional e concessão de bolsas no exterior já desenvolvidas pela Capes, MEC, CNPq e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2011).

O objetivo era aumentar a cooperação entre estudantes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros em “projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência” por meio da mobilidade internacional dos selecionados “em áreas de conhecimento definidas como prioritárias” (BRASIL, 2011, p.1). O decreto não define claramente quais são essas áreas, fazendo referência, em seu Art. 2º, inciso V, a “promover a cooperação internacional

na área de ciência, tecnologia e inovação" (BRASIL, 2011, p. 2). O foco majoritário era na mobilidade internacional de estudantes brasileiros, mas também almejava trazer ao Brasil pesquisadores visitantes de destaque internacional (sejam eles brasileiros ou estrangeiros) para desenvolver atividades de pesquisa em cooperação bilateral no país, como pode ser lido no Art. 2º, inciso II e no Art. 8º, inciso II, § 6º (BRASIL, 2011).

Analisando o decreto de sua instituição, é possível constatar uma noção de internacionalização muito ligada à mobilidade acadêmica, negligenciando, assim, outras estratégias também importantes para fortalecer a imagem e relevância da pesquisa brasileira no cenário internacional.

O Ciências sem Fronteiras mostrou ao MEC que para que a mobilidade acadêmica fosse de fato possível, os alunos precisariam desenvolver suas habilidades em idiomas estrangeiros, mais especificamente no inglês.

### Inglês sem Fronteiras

Instituído em dezembro de 2012 pela Portaria nº 1.466, surgiu como complementar às atividades do CsF, devido à constatação da baixa proficiência em língua inglesa dos alunos da graduação candidatos ao intercâmbio acadêmico oferecido pelo programa. O Art. 1º da portaria deixa claro o foco em atender alunos de graduação (BRASIL, 2012), uma vez que estudantes de pós-graduação já deveriam ter proficiência em inglês para ingressar nos cursos de pós.

Para atingir o objetivo, foram pensadas atividades específicas em três módulos, sendo eles as aulas presenciais, o curso online pelo site *My English Online* (MEO) e o diagnóstico do nível de proficiência em inglês, por meio da aplicação do teste TOEFL ITP. O ensino presencial seria oferecido pelas IES participantes, já as aulas virtuais e a aplicação do teste TOEFL ITP seriam implementados pela Capes. Todas as três ações seriam de custo zero para os estudantes interessados.

A partir de 2013, as IES parceiras já cadastradas aplicaram o teste de proficiência TOEFL ITP para mensurar qual o nível de inglês de seus discentes e assim ofertar turmas presenciais de forma a atender às necessidades de seus discentes, partindo de dados concretos. Por exemplo, uma instituição que tivesse maior porcentagem de alunos de nível intermediário



ofertaria mais turmas para este nível. Em janeiro de 2014 se deu a primeira oferta dos cursos presenciais e, ao longo deste ano, “foram realizadas oito ofertas que deram acesso a aulas presenciais de inglês, sem custo e com acompanhamento de especialistas da área, para 37.881 alunos de universidades federais” (ABREU-E-LIMA et. al., 2016, p.38).

A ação para internacionalização constante na portaria é o desenvolvimento linguístico em língua inglesa dos graduandos candidatos ao CsF. A capacitação em língua inglesa é exposta aqui como uma ferramenta para o melhor desempenho em mobilidade internacional, como citada no Art. 2º (BRASIL, 2012).

### Idiomas sem Fronteiras

Instituído pela Portaria nº 973 em novembro de 2014, o Idiomas sem Fronteiras é uma ampliação do Inglês sem Fronteiras, abarcando o desenvolvimento de competências linguísticas pelos estudantes, corpo docente e técnico-administrativo das IES públicas e particulares e professores da rede pública, por meio de aulas presenciais/aulas online em diferentes idiomas, além do ensino a estrangeiros da língua portuguesa como língua estrangeira (BRASIL, 2014).

Manteve-se o foco no desenvolvimento linguístico, passando a ser ofertadas ações em outras línguas, como, por exemplo, o alemão, japonês, italiano, espanhol e francês, uma vez que a IES parceira tenha estes cursos de graduação.

A relação do Idiomas sem Fronteiras com a internacionalização era um dos objetivos, uma vez que era o foco do programa, que visava, dentre outras coisas, “contribuir para o processo de internacionalização das IES e dos centros de pesquisa [brasileiros]” (BRASIL, 2014, p. 73). Além disso, a portaria sugere ainda o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior estrangeiras e brasileiras, “permitindo o intercâmbio de estudantes, professores e corpo técnico administrativo” (BRASIL, 2014, p. 74).

Quando o Idiomas sem Fronteiras foi instituído, ainda não havia uma total autonomia deste em relação ao CsF, mas as ações tornaram-se mais abrangentes na medida em que foram ampliadas para atender “outras políticas públicas de internacionalização da educação superior” (BRASIL, 2014, p. 73). É importante destacar que



O Programa IsF é o primeiro programa proposto por especialistas da área, em sua maioria, da Linguística Aplicada, gerenciado por especialistas e que dá oportunidade de intermediar, por meio do NG [Núcleo Gestor], as necessidades da área de LE, no contexto da Secretaria de Educação Superior do MEC (ABREU-E-LIMA; MORAES FILHO, 2016, p. 305).

A portaria de criação do Idiomas sem Fronteiras tentou extrapolar a limitação ao ensino de inglês apenas e inovou, também, ao dar destaque ao fortalecimento da formação de professores de idiomas por meio do programa. Foi apenas nesta portaria de 2014 que este tema passou a integrar oficialmente a missão do programa

### O NucLi-UFS

Durante o primeiro ciclo do IsF-UFS, de 2013-2016, o grupo era composto por 1 coordenadora geral, 1 coordenador pedagógico, 5 professores e bolsistas administrativos.

Os professores bolsistas selecionados, todos graduandos dos cursos de Letras Inglês ou Português/Inglês, tiveram acompanhamento pedagógico antes e durante todo o tempo que estiveram em docência, com reuniões e workshops organizados semanalmente pelo NucLi UFS. Na preparação das aulas, os professores também tiveram acompanhamento pedagógico, com material didático (livros de ensino da língua inglesa) para montar aulas que trabalham o aprendizado da língua a partir de aspectos culturais dos países onde o inglês é falado, assim como as diferenças e particularidades do inglês como LE. Às sextas-feiras eram organizadas reuniões para discussão de textos, abordagens pedagógicas e questões administrativas.

Em seu primeiro ano de atividade (2013), o IsF-UFS organizou, em dezembro, a aplicação do teste de proficiência TOEFL ITP abrindo 320 vagas, todas preenchidas. Desse total, 272 alunos compareceram no dia do teste, uma alta taxa de participação. No ano seguinte, o número de vagas para o teste aumentou para mais de 6 mil, com taxa de comparecimento um pouco acima dos 60%. O TOEFL ITP é uma prova de língua inglesa aceita em universidades estrangeiras, em geral estadunidenses, como atestado de proficiência na língua estrangeira para alunos provenientes de países onde a língua oficial não é o inglês. A procura inicial estava diretamente vinculada ao desejo dos alunos de participarem do CsF e ao

mesmo tempo foi caracterizada como uma aplicação diagnóstica, de forma a constatar o nível de inglês dos alunos das IES públicas brasileiras. A prova permitia, também, nivelar os alunos para as aulas dos cursos presenciais do IsF. O gráfico abaixo mostra o quantitativo de provas aplicadas pela UFS no primeiro ciclo do programa (antes do recadastramento de 2017).

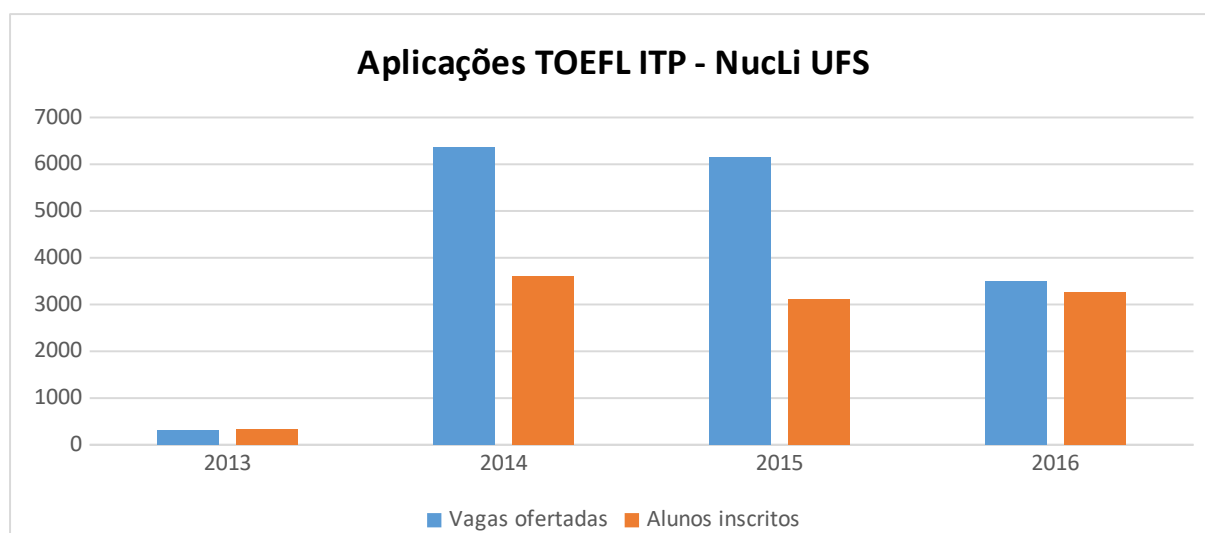


Gráfico 1: Número de vagas ofertadas e alunos inscritos para o teste TOEFL ITP pelo NucLi-UFS por ano, de 2013 a 2016.

Fonte: Gráfico preparado pelos autores, com as informações coletadas no site de gestão

Inicialmente, atendendo às necessidades do CsF, as primeiras turmas dos cursos presenciais ofertadas, no ano de 2014, haviam se concentrado nos níveis B1 e B2 (Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas) e todos os cursos desses níveis tiveram duração de 64h. Os cursos tinham como público-alvo os alunos que já possuíam nível pelo menos intermediário, pois para esses acreditava-se que faltava pouco para que eles atingissem o nível de proficiência exigido pelas universidades no exterior, parceiras do CsF. No ano seguinte, apenas 15 das 41 turmas tiveram carga horária de 64h e 19 turmas eram de nível A2 (nível básico). Em 2016, o número total de turmas subiu para 45, sendo que nenhuma delas teve carga superior a 48h, e 33 atendiam a estudantes do nível A2, o que mostra que mesmo inicialmente o IsF tendo servido ao propósito do CsF e atendido aos alunos de nível mais avançado, a maioria dos discentes têm nível básico de conhecimento da língua. Ao longo

desses anos, no tocante aos cursos presenciais, o NucLi-UFS atendeu a 288 alunos em 2014, 477 em 2015 e 581 em 2016, o que demonstra uma grande procura por parte dos alunos e, posteriormente, dos servidores também (após a expansão do público-alvo, com o Idiomas sem Fronteiras) pelo aprendizado de inglês.

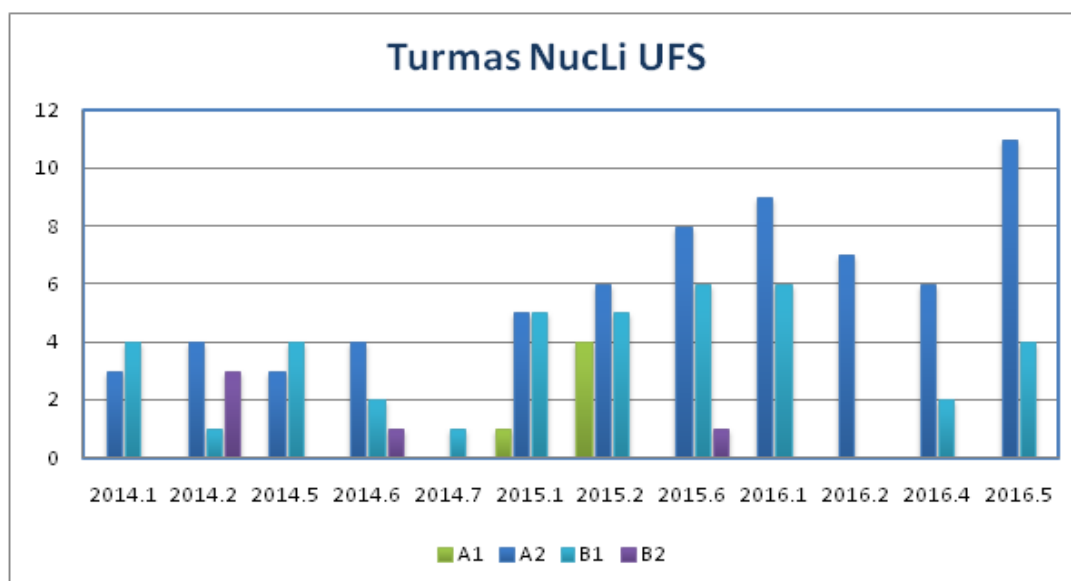


Gráfico 2: Turmas dos cursos presenciais do IsF/UFS por oferta e por nível do Quadro Comum Europeu.  
Fonte: Gráfico preparado pelos autores - Sistema de gestão do Programa IsF.

Dentre as outras atividades do NucLi, estão a organização de cursos de curta duração (de 4h-8h) pelos *English Teaching Assistants* (ETAs) ou deles juntamente com os professores bolsistas. Os ETAs são intercambistas estadunidenses que vêm ao país numa parceria entre Capes e Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil – Comissão Fulbright. Eles permanecem por nove meses no país e realizam atividades que possibilitam o desenvolvimento linguístico dos alunos e servidores das IES através de atividades que possibilitam intensas trocas culturais. No IsF-UFS, as atividades vão desde a exibição de filmes em inglês e discussão de temáticas atuais a partir deles até, por exemplo, cursos voltados para o desenvolvimento de habilidades para escrita de artigos científicos em inglês.

## Considerações finais

O desenvolvimento da língua inglesa nas IES é essencial quando consideramos o contexto social, político e econômico no qual o mundo está inserido. O programa Inglês sem Fronteiras-UFS, como observado por meio dos dados anteriormente expostos, tem desempenhado um papel de fundamental importância na internacionalização da universidade. Entretanto, é importante ressaltar que internacionalizar não é apenas ensinar inglês e aplicar provas de proficiência nas IES. Um conjunto de ações tomadas com base em objetivos delineados para atender às necessidades e características de cada IES é o que garantirá uma internacionalização eficaz e permanente.

Nesse cenário, o Idiomas sem Fronteiras, mais especificamente o Inglês sem Fronteiras-UFS, age fornecendo uma das bases para a internacionalização, que é a proficiência em língua estrangeira. Além disso, o IsF-UFS trabalha não somente a língua, mas a língua dentro de um contexto acadêmico e que privilegia as trocas culturais de forma a fornecer as ferramentas que possibilitem a comunicação dos alunos e corpo administrativo em mobilidade acadêmica, na produção escrita, apresentação em eventos de referência internacional e pesquisa entre materiais produzidos em língua inglesa.

A crescente procura pelos cursos presenciais e testes de nivelamento (TOEFL ITP), como visto anteriormente nos gráficos, evidencia o interesse da comunidade acadêmica, atuando também como incentivo para o desenvolvimento do programa e, conseqüentemente, do ensino da língua inglesa e de outros idiomas na instituição.

No ano de 2017, as IES participantes do programa passaram por um processo de credenciamento em que puderam reestruturar os seus NucLis. Desde o ano passado, a UFS conta com mais um professor bolsista para atuar nas ações do IsF, totalizando agora 6 professores bolsistas, 1 coordenador pedagógico e 1 coordenadora geral.

<sup>2</sup> “Meanings, rationales, strategies and approaches are constantly changing as is also the global landscape. Internationalization is not a static phenomenon but a constantly evolving process.” Texto original em inglês, tradução nossa.

<sup>3</sup> “Internationalization is defined as the variety of policies and programs that universities and governments implement to respond to globalization.” Texto original em inglês, tradução nossa.

<sup>4</sup> “Internationalization is a process to introduce intercultural, international and global dimensions in higher education to improve the goals, functions and delivery of higher education, and with that to improve the quality of education and research. If internationalisation is regarded as a goal in itself then it remains ad hoc and marginal.” Texto original em inglês, tradução nossa.

<sup>5</sup> “abilities to be ethical and responsible local citizens who appreciate the connections between the local, the national and the global.” Texto original em inglês, tradução nossa.

## Referências

ABREU-E-LIMA, Denise Martins de. et al. O Programa Inglês sem Fronteiras e a política de incentivo à internacionalização do Ensino Superior. In: SARMENTO, Simone; \_\_\_\_; MORAES FILHO, Waldenor Barros (Org.). *Do Inglês sem fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras: a construção de uma política linguística para a internacionalização*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. Cap.1, p.19-46.

ALTBACH, Philip; REISBERG, Liz; RUMBLEY, Laura. *Trends in Global Higher Education: Tracking an Academic Revolution*. Center for International Higher Education, Boston College, Boston, 2009.

ALVARES, Sílvia. A ciência fala inglês?: Em tempos de mudança... *Nascer e Crescer*, Porto, v. 25, n. 3, p.133-135, set. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0872-07542016000300001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-07542016000300001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 15 jul. 2018.

BRASIL. Programa Ciências sem Fronteiras. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm)>. Acesso em 26 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Programa Idiomas sem Fronteiras. Portaria nº 973, de 14 de novembro 2014. Disponível em: <[http://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria\\_973\\_Idiomas\\_sem\\_Fronteiras.pdf](http://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf)> Acesso em 26 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Programa Inglês sem Fronteiras. Portaria nº 1.466, de 18 de dezembro de 2012b. Disponível em: <[http://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria\\_normativa\\_1466\\_2012.pdf](http://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria_normativa_1466_2012.pdf)>. Acesso em 26 mai. 2018.

DE WIT, Hans. Internationalisation of higher education, an introduction on the why, how and what. In: DE WIT, Hans (Ed.). *An Introduction to Higher Education Internationalisation*. Milão: Vita&Pensiero, 2013.

MORAES FILHO, Waldenor (Org.). *Do Inglês sem fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras: a construção de uma política linguística para a internacionalização*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. Cap.2, p.193-216.

FINARDI, Kyria; SANTOS, Jane; GUIMARÃES, Felipe. A relação entre línguas estrangeiras e o processo de internacionalização: evidências da Coordenação de Letramento Internacional de uma Universidade Federal. *Revista Interfaces Brasil/Canadá*, 16, n. 1, p. 233-255, 2016.

KRAWCZYK, Nora Rut. As Políticas de Internacionalização das Universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. *Jornal de Políticas Educacionais*, n. 4, jul/dez, p. 41-52, 2008.

LEASK, Betty. Internationalisation of the curriculum and staff engagement: an introduction. In: DE WIT, Hans (Ed.). *An Introduction to Higher Education Internationalisation*. Milão: Vita&Pensiero, 2013.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; STALLIVIERI, Luciane. Para uma política de internacionalização para o ensino superior no Brasil. *Avaliação - Revista Da Avaliação Da Educação Superior*, v. 22, n. 3, nov., p.589-613, 2017.

STALLIVIERI, Luciane. Compreendendo a internacionalização da educação superior. *Revista de Educação do COGEIME*, v. 26, n.50, jan/jun, p. 15-36, 2017.

WEISS, Eric. The Impact of the Intellectual Migration on the United States and Eastern Europe. *The Nobem Prize Winners in Science*. Apr. 1998. Disponível em <<https://www.vanderbilt.edu/AnS/physics/brau/H182/Term%20Papers/Eric%20Weiss.html>> Acesso em 16 de julho de 2018.